SIPESP
O JORNAL

SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGO-DEZ/2023 ANO XIX

O QUE ESPERAR EM 2024?

"Esse foi um ano produtivo e sabemos que 2024 está guardando muito mais trabalho e lutas para o Sindicato"

João Batista Rebouças da Silva Neto, presidente do SIPESP

www.sipesp.org.br

OLHAR PARA O FUTURO

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
JOÃO BATISTA REBOUÇAS DA SILVA NETO

Vice-Presidente
Paulo Augusto Ribeiro Morato Erica

Secretário Geral
Joraci de Campos

Secretário Geral Adjunto
Agnaldo Gonzaga da Silva

Dir. Financeiro
Jailton Correia da Silva

Dir. Jurídico
Adilson Ferreira da Silva

Dir. de Patrimônio
João Carlos Pavão de Paiva

Dir. de Patrimônio Adjunto
Clodoaldo Luis Ferreira

Dir. Social
Rafael Carvalho de Paula

Dir. Social Adjunto
Fabio Tadeu Campos

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura
Alcyr Souza Reis Junior

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura Adjunto
Claudio Cesar da Silva Santos

Dir. de Relações Públicas e Sindicais
JJosé Elísio de Sant'Anna

Dir. de Relações Públicas e Sind. Adjunto
Alexandre Ferratoni

Dir. do Interior
Luis Henrique Nogueira Monteiro

Dir. do Interior Adjunto
Reinaldo Farias de Assis

Dir. de Aposentados e Pensionistas
Álvaro José Val Giriolli

Dir. de Aposentados e Pensionistas Adjunto
Flávio de Castro

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Presidente
Paulo Sérgio Kotzent

1º Vice Presidente
Luis Miguel Kudlovics

2º Vice Presidente
João Sampaio Lopes

Secretário
Marco Antônio Cecoti dos Santos

1º Secretário Adjunto
Rosalvo Francisco Machado dos Santos

Membros Suplentes
Presidente
JJosé Maria Bicudo Serra

1º Vice Presidente
JRerolde Alexandre Soares Rodrigues

2º Vice Presidente
Flávio de Araújo

Secretário
Marcos Antônio Gonçalves Passos

1º Secretário Adjunto
Paulo Rogério Pereira Neme

Jornalista responsável: Nelson Ciolli - Mtb: 12.511
Redação e imprensa: Jessamy Kisberi - Mtb: 62.778/SP

JORNAL DO SIPESP
Circulação bimestral
Tiragem: 1.200 exemplares

PALAVRA DO PRESIDENTE

BALANÇO

ENVOLVIDO ATIVAMENTE NOS DEBATES EM 2023, SIPESP PREVÊ UM ANO DE MUITAS MUDANÇAS ENTRE A PCSP

Nos últimos anos, a Polícia Civil tem se preparado para mudanças. E essas mudanças não têm sido nada sutis: neste semestre, vimos que em 2024 teremos muitos debates e, claro, muitas lutas que deveremos enfrentar - não somente como categoria, mas como uma verdadeira corporação.

Uma das principais renovações e que sabemos que será pauta é a recente aprovação da Lei Geral das Polícias, pelo Senado. Em alguns estados é possível já estabelecer parâmetros com relação à redução de carreiras dentro da Polícia.

No documento elaborado pelo departamento de comunicação do SIPESP, ***"Polícia Ideal x Polícia Real"*** elencamos a quantidade de carreiras em cada estado brasileiro e encontramos alguns com apenas três e outros com quatorze, como é aqui em São Paulo.

A Lei Geral ainda precisa ser aprovada pela atual Presidência da República, mas têm causado intensos debates entre as categorias que existem atualmente no rol da Polícia Civil.

O SIPESP está comprometido em acompanhar de perto essa questão, para que não haja prejuízos para a PCSP.

Também estamos firmes com o deputado estadual Reis, que tem se mostrado um parceiro e colaborador real da nossa polícia e dos sindicatos de representação.

Reis organizou inúmeros encontros e reuniões com autoridades como o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), deputado André do Prado e com o procurador-geral de Justiça, Mario Saborro, quando levamos ao conhecimento deles a inquietação apresentada pelos policiais e fomos ouvidos com muita atenção.

Em outras atuações, estivemos também em visitações pelas delegacias da cidade, em eventos comemorativos e homenagens que tornam grandes a PCSP.

Tudo isso não parece nada para quem não acompanha, para quem não se interessa de verdade pela nossa polícia e pelo trabalho minucioso realizado pelo Sindicato.

Apesar de tudo, temos muita esperança de que o próximo ano esteja reservando ótimas notícias para todos nós.

Boas Festas!

Um feliz 2024 para todos!

João Batista Rebouças da Silva Neto
Presidente do SIPESP

NO MP: SINDICATOS SE UNEM PARA GARANTIR APOSENTADORIA

Mais um momento importante para toda a Polícia Civil foi consolidado no dia 27 de outubro, no Ministério Público de São Paulo (MP/SP).

Em uma reunião intermediada pelo deputado estadual Reis, foi entregue uma representação ao procurador-geral de Justiça, Mario Saborro, solicitando o ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em face do parágrafo 2, artigo 12 da Lei 1.354.

De acordo com Reis, a lei tem esse dispositivo que é inconstitucional.

“Aprovei, recentemente, o projeto de lei complementar nº61 e o governador acabou vetando. O Projeto dava a possibilidade de que o policial civil e penal, entre outros, pudesse se aposentar no cargo em que ele estivesse. E isso é o que diz a Constituição Federal e a Estadual”, disse.

Em face disso, o deputado reuniu todos os representantes dos sindicatos das categorias da polícia civil para essa representação no MP.

“Precisamos dizer para o governador que a luta continua. Ele não mandou nenhum projeto para essa Casa para corrigir isso, mas nós estamos recorrendo ao procurador para que ele possa encabeçar e trazer resultados, para que o policial civil se aposente onde ele estiver”, afirmou Reis. “Isso prejudica centenas de policiais que acabam se aposentando na classe anterior”.

Segundo o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto, o Sindicato dos Investigadores e os demais sindicatos presentes estão agindo de forma uníssona na questão. “Hoje tivemos mais um exemplo do trabalho indispensável do deputado Reis e da necessidade e força do trabalho sindical. Além das lutas que estamos atuando, essa, em especial, que trata da situação da aposentadoria dos policiais, é algo que nos comove. A nossa polícia está cada vez mais idosa e é necessário garantir direitos para estes e para os que estão por vir”, explicou Rebouças.

Homenagem

JOSÉ ELÍSIO DE SANT’ANNA

Diretor de Relações Públicas e Sindicais

★ 02/04/1958
† 18/11/2023

Elísio, como era conhecido entre os colegas, foi um homem excepcional na sua profissão, como policial civil e um sindicalista íntegro, humano, que lutou por grandes causas enquanto atuou como representante e diretor do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo.

Elísio se aposentou como agente de telecomunicações na cidade de Assis, onde atuou por 37 anos.

O SIPESP agradece por todo o empenho dessa pessoa incrível e somos gratos por termos caminhado juntos na luta por uma categoria mais digna e valorizada.

Ele deixa a esposa, quatro filhos oito netos.

LUTA: DOAÇÃO DE ARMAS PARA POLICIAIS APOSENTADOS

A pauta é uma das prerrogativas do Depto. de Aposentados do SIPESP.

Foi publicado no Diário Oficial o Projeto de Lei 1.366/2023, que assegura aos policiais civis, militares, técnico-científicos e penais, no âmbito do Estado de São Paulo, a alienação por doação de armas de fogo aos referidos servidores, quando de sua aposentadoria. O PL é de autoria do Deputado Estadual Danilo Balas (PL/SP).

Essa foi uma reivindicação que o SIPESP tem dedicado esforços. Durante a reunião com o delegado-geral, Artur Dian, em abril deste ano, o tema foi reforçado pela diretoria do Sindicato, em especial pelo diretor de aposentados e pensionistas Val Girioli. “Na ocasião, o delegado-geral afirmou que já havia um estudo a respeito e acataria o nosso pedido também”, disse. “O policial, quando se aposenta, ainda é jovem e continua sendo policial até morrer. Tem havido muitos homicídios cometidos contra policiais aposentados não-armados. Hoje [o aposentado] não tem condições de comprar uma arma e acredito que o Estado tem obrigação de dar segurança para esses policiais aposentados”.

O SIPESP vai acompanhar a tramitação do projeto e vai brigar para que seja aprovado na Assembleia Legislativa.

ATO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DE VALORIZAÇÃO DO POLICIAL CIVIL REUNIU POLICIAIS CIVIS E AUTORIDADES NA ALESP

Durante o evento, foram homenageados integrantes de diversas categorias da Polícia Civil de São Paulo

No dia 18 de outubro aconteceu o Ato Solene em Comemoração ao Dia de Valorização do Policial Civil na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). A iniciativa, do deputado estadual Reis (PT), reuniu mais de 200 pessoas no plenário Paulo Kobayashi.

“Nós queremos direitos, queremos salários dignos. Não queremos ser colocados em condições de trabalho estressantes. Queremos direito às nossas condições de trabalho. O adoecimento policial tem sido muito presente nas nossas carreiras e hoje é o nosso dia de cobrar a valorização”, disse Reis.

O evento também abordou a importância de relembrar a greve de 2008. Muitos dos policiais presentes à solenidade promovida por Reis também participaram da greve. No telão, foram exibidas imagens do fatídico dia 16 de outubro, quando os policiais foram recebidos com balas de borracha pela Polícia Militar durante o protesto que reuniu mais de 12.000 policiais civis da Capital e do interior do Estado (a matéria completa pode ser conferida no site do SIPESP).

O embate entre as polícias marcou história, mas, acima de tudo, mostrou a força da Polícia Civil. “Muitas leis foram aprovadas em decorrência dos fatos que aconteceram naquele dia”, relembrou Reis.

Entre as principais conquistas apontadas por Reis, destacam-se a questão da aposentadoria voluntária, a Lei Complementar 1.063/2008, que dispõe sobre a reestruturação da carreira de Delegado de Polícia; a Lei Complementar nº 1.064/2008, sobre a reestruturação das carreiras policiais civis; a 1.065/2008, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integran-tes da Polícia Militar e a Lei Complementar nº1.066, sobre a criação e extinção de postos e graduações nos Quadros de Oficiais e de Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo. “A nossa luta também beneficiou a carreira militar”, lembrou o deputado.

O deputado finalizou citando a Lei Complementar nº 1.067/2008, a respeito do requisito de ingresso nas carreiras de Escrivão de Polícia e Investigador de Polícia. “Várias questões ainda não são aquilo que nós queremos, mas sempre vamos cobrar para que tudo seja cumprido. Governo é sempre Governo. Ele passa, mas a polícia civil continua”, ressaltou Reis.

O representante da SSP, delegado Gustavo Mesquita, parabenizou e agradeceu o deputado e todos os colegas pela presença. “Se estamos aqui no dia de hoje, nesse horário é porque estamos unidos, olhando na mesma direção. Claro, cada um na sua trincheira, mas todos visando a mesma missão: a valorização da polícia civil”, falou.

Para o presidente do Sindicato dos Investigadores, Rebouças, a iniciativa de Reis em realizar o ato é indispensável para unir a PCSP. “Nós brigamos em 2008 e conquistamos muito, mas estamos constantemente pedindo por valorização. Os policiais reclamam diariamente para nós sobre escalas abusivas de trabalho – especialmente dos colegas do interior – e que o sindicato está atuando ativamente. Então, os sindicatos são mais que necessários para lutar, para representar, para atuar. Quero agradecer ao Reis, que carrega a polícia civil aqui na Assembleia Legislativa e que nos dá força para continuar lutando”, afirmou Rebouças.

NOVAS PAUTAS DA PCSP

Algumas pautas como o reconhecimento do nível superior estão sendo debatidas constantemente por Reis. Segundo o deputado, é importante reconhecer em termos salariais o que é exigido para os investigadores e escrivães. “Acredito que vamos conseguir, talvez demore, mas vamos levar também a questão da insalubridade dos oficiais administrativos, questões salariais, reestruturação – que está nos bastidores e ganha corpo só quando chegar na Casa”, ressaltou.

Reis também disse estar atento à Polícia Penal, que não foi contemplada com o mesmo aumento que tiveram as polícias civil e militar. “Eles tiveram apenas 6% e a promessa do projeto de regulamentação, quando essa diferença seria repassada”.

Outro ponto crucial abordado foi o vale-refeição das polícias. “Estamos cobrando também a questão do vale refeição. A PM recebe cerca de R$11 mil e a civil recebe cerca de R$5 mil. Por que o tratamento diferenciado? Estamos levando tudo isso para o governador. São questões que têm que ter decisão política”, opinou. “Tudo isso nos ajuda para que possamos [a PCSP] entregar um serviço ideal para a nossa sociedade”.

HOMENAGEADOS

Cada um dos homenageados escolhidos pelos colegas – entre investigadores, escrivães, agentes de polícia, delegados e demais carreiras – fez um discurso de agradecimento. Além do investigador Rerolde Alexandre Soares Rodrigues, associado e 1º vice-presidente suplente do SIPESP, foram homenageados Agostinho Alves Moreira, Alberto Sabino, Amaury dos Santos Silva, Eduardo Lopes Monteiro, João Paulo Verdade, Loriel Malta de Freitas, Osvaldo Antonio Garcia, Paulo Kinai, Rerolde Alexandre Soares Rodrigues, Cícero José de Souza, Eduardo Fernandes Silva, Elisabete Ferreira Sato, Eunice Maria dos Reis Ferreira, Humberto Pinheiro Junior, José Milton Alves, Luciara de Cássia da Conceição, Margarete Barreto, Marta Correa, Nelson Leone, e os policiais Tobia e Marco Cobra, do Diário de Polícia Podcast.

NOVA PESQUISA ESTÁ NO AR!

A pesquisa, que é realizada desde 2019, busca dar início a um plano conjunto com o Legislativo e a sociedade civil para fomentar melhorias na PCSP. A Polícia Civil do maior estado do País – e com o maior PIB – precisa de atenção e, com o Polícia Ideal x Polícia Real, todos os pormenores como salário, benefícios, contratações, horas de trabalho, aposentadoria, entre outros, são destacados com equidade.

Confira o documento no site do SIPESP.

O MELHOR VEREADOR DE BARRA BONITA

O diretor do Departamento de Aposentados e Pensionistas do SIPESP, Val Girioli, foi eleito um dos melhores vereadores de Barra Bonita em 2023. A votação aconteceu pelo Prêmio Melhores do Ano, que elege as pessoas mais lembradas pela opinião popular de Barra Bonita e Igaraçu do Tietê, realizada pela TV S2.

Para Girioli, ser reconhecido pela comunidade é motivo de orgulho. “Fiquei muito feliz e orgulhoso por ter sido escolhido pela minha comunidade como vereador destaque do ano de 2023. Agradeço a todos pelo reconhecimento do meu trabalho, aos funcionários da Câmara e principalmente ao Prefeito Zequinha e toda sua equipe que sempre estiveram com as portas abertas para atender meus pedidos em prol a minha querida Barra Bonita. Continuem contando comigo”, disse.

“É um orgulho muito grande termos, em nossa diretoria, alguém como o Val Girioli, que tem em seu currículo uma enorme história de luta pela comunidade e pela categoria da Polícia Civil. Parabéns pela conquista!”, parabenizou o presidente do SIPESP.

MINI CURRÍCULO

Val Girioli tem 64 anos e é natural de Barra Bonita. É casado com Vânia Aparecida Santos Girioli, com quem tem duas filhas.

Entrou para a Polícia Civil em 1990, onde atuou por 25 anos, se aposentando em 2015. Hoje também é diretor do SIPESP, onde luta no departamento de Aposentados e Pensionistas da Polícia Civil.

Teve seu primeiro mandato como vereador no ano de 1983, sendo reeleito também nos anos de 1989 – quando também foi presidente da Câmara – e 1994. Em 1999, assumiu como vice-prefeito de Barra Bonita. Já na cidade de Manduri, Girioli atuou como vereador de 2006 a 2008. No Guarujá, foi suplente entre 2012 a 2014. Em 2021 foi eleito novamente como vereador, onde atualmente atua como vice-presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA ALESP RECEBE PAUTA COMUM DE REIVINDICAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL

No encontro, intermediado pelo deputado Reis, foi possível cobrar atenção para pontos indispensáveis e imediatos para todas as categorias.

No dia 31 de outubro aconteceu uma reunião com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), deputado André do Prado.

A pauta, assinada pelos principais sindicatos representativos do Estado, apresentou vinte e dois pontos julgados como essenciais para a atuação principal do Governo paulista. Esse encontro marca a firme atuação do deputado Reis (PT/SP) em favor da segurança pública de São Paulo. Reis tem dedicado sua atenção para conseguir melhorias e garantir direitos para os trabalhadores da PCSP diante da Casa de Leis e do Governo.

Com a elaboração da pauta comum – redigida após diversas reuniões com os sindicatos -, a aprovação e apoio dos representantes de classe e a entrega da pauta ao presidente da ALESP, o objetivo é dar celeridade aos itens elencados na pauta que se mostram indispensáveis e imediatos do ponto de vista comum entre todas as carreiras.

“A polícia precisa ser valorizada e está carente de recursos e pessoas. Temos recebido, em nossas visitas às delegacias, pontuações que precisam ser levadas em consideração por aqueles que são responsáveis pela aprovação das leis que agilizarão os processos de melhoria na segurança públicade São Paulo”, apontou o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto.

“Estamos nos empenhando e dando todo o apoio necessário para que o nosso deputado avance na conquista das nossas prerrogativas”, finalizou o sindicalista.

ITENS DA PAUTA

1.**Readequação salarial** dos salários de investigador e escrivão de polícia;
2. Alteração da exigência de 5 (cinco) anos na classe ou nível, para fins de aposentadoria;
3. Alteração na lei para que policiais em unidades policiais ou prisionais, ainda que desenvolvam somente atividades administrativo-burocráticas, façam **jus à insalubridade em grau máximo** (40%);
4. Criação de um **adicional** por execução de atividade de polícia (AEPJ) e adicional por direção de perícia (ADP), similar ao ADPJ dos delegados;
5. Criação de **gratificação** por acúmulo de funções ou extensão da gratificação por acúmulo de titularidade e solicitação de pagamento feito por dia trabalhado;
6. **Recomposição** do efetivo da Polícia Civil em um número de 15 mil servidores;
7. **Criação de gratificação** por qualificação aos policiais civis e técnico-científicos, similar aos concedidos pelo Poder Judiciário.
8. Estudo de viabilidade e criação de projeto a fim de exigir para os cargos de papiloscopista e agente de telecom o **nível superior**;
9. Estudo de viabilidade para incluir servidores da Fundação Casa na SSP;
10. Melhoria no atendimento do **IAMSPE** aos policiais;
11. Grau máximo de **insalubridade** em caso de readaptação;
12. Redução da alíquota de contribuição previdenciária dos policiais civis que recebam acima do teto de **16% para 11%**;
13. Devolução dos valores descontados a título de desconto previdenciário;
14. **Seguro para as viaturas policiais** com cobertura integral em caso de acidente;
15. Restringir acesso à CNH e Registro de Veículos de policiais civis;
16. Criação de lei ou outro mecanismo para garantir o **reajuste anual** da insalubridade;
17. Critérios objetivos e sem limites para a **promoção** dos policiais civis;
18. Reajuste remuneratório dos delegados;
19. Readequar lei para assegurar **direitos básicos** aos policiais civis;
20. Reforma administrativa a fim de permitir a **reestruturação** da forma de atendimento das notícias de crime;
21. Implementação de **DEJEC** de forma permanente nos plantões de finais de semana, noturnos, feriados, em unidades com maior déficit de policiais, inclusive nos atendimentos dos IML’s e;
22. Maior **valorização** dos policiais penais.

ENCONTRO NO 42ºDP

A diretoria do SIPESP esteve no 42ºDP – Parque São Lucas, para um encontro com investigadores, escrivães e o delegado responsável. O encontro foi promovido pelo chefe dos investigadores Marcelo.

A proximidade entre o Sindicato e a categoria é importante por inúmeros motivos. Uma das mais importantes, segundo o presidente João Batista Rebouças da Silva Neto, é a capacidade de representatividade quando todos se mostrarem unidos diante do Governo. “Foi uma oportunidade singular de colocar na mesa muitas das ações que temos na justiça, além de explicarmos pessoalmente sobre a nova Lei Geral da Polícia Civil, aprovada essa semana”, disse. “O encontro foi maravilhoso, com muito respeito entre todos os envolvidos e, acima de tudo, produtivo no sentido de que conseguimos ouvi-los e sermos ouvidos também”.

Além dos já citados, também estiveram presentes o representante Vitor Kisberi e o advogado Felipe Allan dos Santos.

PLC 62/2023, QUE RECONHECE INSALUBRIDADE DA CATEGORIA, É APROVADA NA CCJ

No dia 4 de outubro, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 62/2023 de autoria do Deputado Reis foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Agora o projeto seguirá sua tramitação na Assembleia Legislativa. O PLC 62/2023 estabelece que os servidores públicos civis lotados em quaisquer unidades policiais ou prisionais, ainda que desenvolvam somente atividades administrativas ou burocráticas, fazem jus à insalubridade em grau máximo (40%).

“Essa é uma conquista e um avanço muito grande para toda a categoria. Temos muito a agradecer ao Reis por ouvir e entender as agruras da Polícia Civil e por estar sempre lutando ao nosso lado”, disse o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto.

Fiquem atentos. Quaisquer novas atualizações serão postadas pelo SIPESP em seu site e suas redes sociais.

REBOUÇAS CONCEDE ENTREVISTA À TV ALESP

Convidado para uma entrevista especial no programa ALESP em Pauta, na TV ALESP, o presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, João Batista Rebouças da Silva Neto falou, ao lado do Deputado Estadual Reis (PT), sobre a valorização da carreira do policial civil.

Reis, que é da carreira de investigadores, falou sobre a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil, da Polícia Penal, do IAMSPE e do servidor público. “São temas que queremos debater no dia-a-dia com outros profissionais. É importante a valorização do policial, que tem que dedicar a carreira à elucidação de crimes. Por isso tem que ganhar bem para cuidar bem da sua família e, consequentemente, cuidar bem da população”, disse. “Temos que defender que o policial seja valorizado – tanto de forma salarial quanto de material”.

Por sua vez, Rebouças agradeceu ao deputado Reis pela oportunidade dada ao Sindicato para expor as mazelas da categoria e salientou a necessidade do reconhecimento do ensino superior. “A remuneração é importantíssima. O último reajuste não veio de encontro ao nosso desejo. Foi mais privilegiada a PM que a PC. Nós, por exemplo, temos o nível superior e ele não é pago. Muitos desistem por causa do salário”, disse.

Ambos os entrevistados se mostraram esperançosos com o novo governo, no sentido de valorizar a polícia civil. Com a tramitação do PLC 106/23, espera-se que aconteçam mudanças importantes dentro da carreira de investigador, além de alterações nos moldes que hoje permeiam a organização. Na ocasião, também foram abordadas a reestruturação da carreira, o subsídio, priorização de investimentos, entre outros.

A entrevista completa foi divulgada no YouTube da TV Alesp.

SENADO APROVA A LEI GERAL DAS POLÍCIAS CIVIS

Proposta seguirá para sanção do presidente da república

A Polícia Civil paulista, os sindicatos representantes das categorias e representantes políticos vêm debatendo, em encontros e frentes parlamentares, as mudanças que estão ocorrendo dentro da corporação. Algumas dessas mudanças – reestruturação das carreiras, indenizações e cargas horárias – foram aprovadas pelo Plenário do Senado.

O projeto que cria a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis é o PL 4.503/2023. Agora a proposta segue para a sanção do Presidente da República e vai servir de parâmetro para as leis dos estados e do Distrito Federal sobre o funcionamento das polícias civis, além de definir direitos e garantias dos policiais em todo o país.

“Essa era uma questão que estávamos debatendo diuturnamente com nossos representantes políticos. Esperávamos por esse momento e, agora, teremos tempo determinado para debater novamente e decidir qual o melhor rumo tomar em prol das categorias”, analisou o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto.

A proposta original foi apresentada em 2007 na Câmara dos Deputados (com o número PL 1.949/2007) e chegou apenas este ano ao Senado.

A nova lei entrará em vigor imediatamente após a sanção, mas os estados e o Distrito Federal terão 12 meses para se adequar a ela, até mesmo quanto à reorganização de suas estruturas de cargos. Confira detalhes a seguir.

O QUE DIZ O TEXTO

O projeto concede aos policiais civis os direitos de se aposentar com a totalidade da remuneração recebida no seu último cargo e de receber reajustes nos mesmos percentuais concedidos aos policiais na ativa. Além disso, em caso de morte do policial civil por agressão, doença ocupacional, contaminação por moléstia grave, ou em razão da função policial, os dependentes terão direito a pensão (vitalícia, no caso do cônjuge) equivalente à remuneração do cargo da classe mais elevada e nível à época do falecimento.

De acordo com o projeto, os policiais civis também terão direito a indenização por periculosidade, por insalubridade em caso de exposição a agentes nocivos ou risco de contágio, por atividade em local de difícil acesso, por sobreaviso e escalas extraordinárias de serviço, por trabalho noturno e para uniformes e equipamentos, além de licença de três meses a cada cinco anos de efetivo exercício de atividade policial.

Também são garantidos outros direitos, como porte de arma de fogo em todo o território nacional (mantido mesmo após a aposentadoria), prisão especial, ingresso e livre trânsito em qualquer recinto em razão da função, ressalvadas as garantias constitucionais, e prioridade em serviços de transporte quando em missão emergencial.

> **APÓS A APROVAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, O ESTADO TERÁ UM ANO PARA REALIZAR TODAS AS ADEQUAÇÕES**

O projeto define que a carga horária será de 8 horas diárias e 40 horas semanais, com direito a recebimento de horas extras. Para todos os fins, inclusive contagem de tempo para aposentadoria, o projeto considera “exercício em cargo de natureza estritamente policial” toda atividade realizada nos órgãos que integram a estrutura orgânica da polícia civil, além da atividade exercida em outros órgãos públicos no interesse da segurança pública ou institucional. O tempo de mandato classista também será contabilizado da mesma forma.

REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

O projeto define que o quadro de servidores da Polícia Civil é composto por três cargos efetivos, todos de nível superior, considerados como carreiras típicas de Estado e preenchidos por meio de concurso público:
Delegado de polícia: dirige as atividades de polícia civil e preside inquéritos policiais.
O cargo exigirá bacharelado em direito e, no mínimo, três anos de atividade jurídica ou policial Oficial investigador de polícia: executa ações de investigação e inteligência sob coordenação do delegado de polícia. O cargo exigirá curso superior em qualquer área. Perito oficial criminal: exerce atividades de perícia. O cargo poderá exigir formação superior em áreas específicas

O texto estabelece diretrizes gerais para os concursos da polícia civil, como a exigência de etapas de títulos e prova oral no caso dos concursos para delegado e parâmetros para pontuação do tempo de serviço como policial. Também é determinado que as leis estaduais e do Distrito Federal devem prever a realização periódica de concursos.

A promoção dentro da carreira deverá ocorrer com base em critérios de antiguidade, tempo de serviço na carreira e merecimento.

SIPESP É RECONHECIDO PELA JUSTIÇA PAULISTA COMO REPRESENTANTE DA CATEGORIA EM NÍVEL ESTADUAL

A representatividade sindical do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo não só está **protegida**, como está **reconhecida** pela Justiça de São Paulo.

Nascido em 1974, o SIPESP atuou em diversas frentes em defesa e proteção dos investigadores de polícia e das outras carreiras, fatos que não podem ser apagados da história da PCSP.

Agora, amparado juridicamente, é importante destacar que conseguimos identificar a criação de inúmeras novas entidades sindicais que têm tentado arbitrariamente substituir o SIPESP e outros sindicatos de outras carreiras da polícia civil com representatividade estadual, em algumas regiões do Estado.

A Justiça afirma que "[o SIPESP] é o sindicato mais antigo e possui representação mais específica no que tange à categoria, uma vez que congrega apenas os investigadores de polícia do Estado de São Paulo, com base estadual".

Também salienta que "acorreu dupla violação ao princípio da unicidade sindical, haja vista que parte da representação territorial do sindicato mais antigo foi suprimida, ao passo que ocorreu representação mais abrangente do novel sindicato, restringindo a categorial do sindicato mais antigo. Havendo conflito de representação entre dois sindicatos, sendo um mais específico em relação à atividade profissional, mas de âmbito estadual, e o outro uma entidade eclética de âmbito municipal, prevalece o critério da especificidade em detrimento ao da territorialidade, pela observância ao disposto no art. 570 da CLT", decidiu.

FORÇA DIRECIONADA

Unicidade é a palavra para onde a atenção deve estar voltada, já que é este é o objetivo principal da criação de um sindicato.

> **SINDICATO RECONHECIDO = MAIS REPRESENTATIVIDADE**

"Ter um grande número de sindicatos voltados para a mesma categoria não é interessante por um motivo óbvio: há divisão e perda comprovada da força de luta e representatividade das instituições nas lutas pelas garantias dos trabalhadores. A força do sindicalismo é prejudicada e põe em risco os direitos de todos", lamentou o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto. "A união é a melhor saída para o sucesso das negociações".

NOVO MÉDICO NO SIPESP

Dr. Belino Araújo

O SIPESP, sempre em busca de trazer novos benefícios e comodidades aos seus sindicalizados, está readequando o atendimento médico oferecido gratuitamente na sede do Sindicato, localizado no centro de São Paulo.

O atendimento é gratuito para sindicalizados e dependentes e acontecerá sempre às terças e quartas, das 13h às 16h.

A presença de médico no SIPESP é benéfica em vários aspectos, proporcionando suporte e orientação relacionados à saúde para os membros do sindicato.

- Apoio em Reivindicações de Benefícios de Saúde: o médico pode auxiliar os membros do sindicato na compreensão de seus benefícios de saúde, esclarecendo dúvidas sobre cobertura, processos de reembolso e procedimentos médicos.
- Programas de Bem-Estar: ele pode colaborar na implementação de programas de bem-estar, incluindo a promoção de hábitos saudáveis, a realização de exames de saúde regulares e a oferta de workshops educativos sobre temas relacionados à saúde.
- Aconselhamento em Casos de Estresse e Saúde Mental: o médico pode encaminhar o paciente para os profissionais de saúde mental ou psiquiatras oferecidos pelas parcerias do sindicato.
- Atendimento Médico Emergencial: a presença do médico no sindicato ajuda os membros que precisem de assistência imediata.

A partir de janeiro de 2024 o médico atenderá os investigadores de polícia ativos ou aposentados - desde que sindicalizados - e seus dependentes no ambiente médico do SIPESP, para que não ocorra interrupção da assistência médica aos mesmos.

QUEM É O NOVO MÉDICO

Belino Araújo Filho é formado pela Faculdade de Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Especializado em Cardiologia e Clínica Geral, passou a atuar pelo INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) e da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tornou-se médico perito em medicina de tráfego pela Secretaria de Segurança Pública do Governo de São Paulo. Adquiriu o título de medicina de tráfego, expedido pela ABRAMEQ e pela Associação Médica Brasileira (AMB). Também é médico credenciado pelo DETRAN-SP para exames médicos da carteira nacional de habilitação. É médico do trabalho certificado pelo Ministério do Trabalho e médico cardiologista da Polícia Civil do Estado de SP.

POLICIAIS CIVIS DE SÃO PAULO DEBATEM PROJETO DE REMUNERAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

Representantes da PCSP se reuniram em Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil, promovida pelo Deputado Reis

Em 28 de agosto, aconteceu uma Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLC) 106/2023, que trata da remuneração dos policiais civis através de subsídio, além de reestruturar as carreiras da Polícia Civil do Estado de São Paulo. O encontro integra a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil promovida pelo Deputado Reis (PT/SP).

Entre os convidados para compor a mesa estavam o professor e advogado Roberto Archanjo e o delegado-geral adjunto Dr. Gilson Cezar Pereira da Silveira.

EM BUSCA DE UM SALÁRIO DIGNO

O debate sobre o projeto começou com Archanjo, que disse que o salário da polícia civil, infelizmente, nunca foi digno. “A primeira ideia [do projeto] é de estabelecer uma remuneração justa. Se essa atividade é essencial, porque não estabelecer uma remune-ração digna, para equiparar os quadros policiais como manda a constituição, desde 1988?”.

O advogado também abordou a necessidade de aumentar o efetivo. “É preciso remunerar de forma a beneficiar aqueles que trabalham dobrado”, apontou.

Do ponto de vista do delegado-geral adjunto, Gilson da Silveira, existem divergências técnicas no projeto, mas que o ponto principal é, efetivamente, a justa remuneração para os policiais civis. “Quando falamos de gratificação, já se encontra na área jurídica do governo a gratificação por acúmulo de atividade. O delegado recebe e é injusto que sua equipe, que também tem acúmulo, não receba”.

Entre os estados que remuneram por subsídio estão: Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.
Reis destacou que o projeto fez uma equação seguindo o teto do governador. “Tenho que pensar num subsídio que não ultrapasse esse teto. Se chega no teto, tem corte, o extrateto. Fizemos uma lógica de ter 70% do salário do delegado. Obviamente que, se o salário do delegado sobe, do investigador também sobe”.

MENOS CARREIRAS, SALÁRIOS MELHORES

Outro ponto destacado pelo projeto diz respeito à junção de algumas carreiras a fim de aumentar as rendas salariais. Abordado no artigo 6º do projeto, as carreiras de Fotógrafo Técnico-Pericial, Auxiliar de Necrópsia, Desenhista Técnico-Pericial, Carcereiro, Atendente de Necrotério Policial e Auxiliar de Papiloscopista Policial, ficam unificadas na carreira de Agente Policial, sujeitas à mesma remuneração.

Isso permitiria, de acordo com a justificativa do PLC, a redução de carreiras de 13 para 7. “É muito mais fácil administrar, estabelecer regras e funções e ter uma visão mais enxuta com o objetivo de fortalecimento”, opinou o delegado-geral adjunto.

De acordo com o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto, que marcou presença na audiência, um dos poucos estados que ainda tem tantas carreiras é São Paulo. “Com menos carreiras podemos enxugar e ter condições de discutir melhor assuntos salariais”, falou.

SIPESP APRESENTA PREOCUPAÇÃO COM APOSENTADOS

“Tivemos algumas questões como de onde virá o dinheiro para pagar o subsídio, como

ficará a situação do policial civil assim que aposentado – se será dado o aumento normal ou será acompanhado do que os que estão na ativa ganhando o subsídio -, além da paridade, que não consta na emenda e que gostaríamos que fosse colocado na emenda do deputado para que os salários dos ativos e aposentados sejam integrados", explicou Rebouças aos integrantes da mesa.

Segundo dados apresentados pelo delegado-geral adjunto Silveira, cerca de 45% dos ativos da Polícia Civil paulista já passaram dos 50 anos, que mostra uma corporação envelhecida e que não se aposenta por conta do abono. Para ele, a solução é criar níveis com ascensão técnica e com melhoria salarial com evolução mais rápida.

Silveira destacou também que, com relação à paridade, será apresentada uma emenda de regra de equalização para abranger aposentados e pensionistas, independente do tempo de ingresso.

"Essa casa [legislativa] trabalha em prol do governo, não em prol do servidor. Mas construímos um projeto pensando nessa questão de ascensão. Tem policiais que chegam a 10 quinquênios, ou seja, 50 anos trabalhando. Não é coisa fácil", disse o deputado que assina o projeto.

PRÓXIMOS PASSOS

As propostas serão encaminhadas para o relator fazer o voto substitutivo, em separado, para que possa passar na CCJ. Na Comissão ainda será possível o recebimento de emendas.

É uma ideia que polariza na cúpula da PCSP, e achamos por bem protocolar o projeto para estimular o debate com esse entendimento de que temos que nivelar por cima. Não dá para começarmos do padrão que temos hoje, observando outras polícias do país que recebem por subsídio", finalizou Reis.

O SIPESP está esperançoso com o projeto. "É um passo dado. Não será fácil conseguirmos o subsídio, mas estamos juntos. Com o apoio dos colegas e dos sindicatos, vamos lutar por todos os policiais", disse Rebouças.

Também participaram da reunião os diretores Joraci de Campos, Adilson Ferreira da Silva, o advogado Fabio de Alencar e o assessor da diretoria, Vitor Kisberi.

VITÓRIA PARA A POLÍCIA CIVIL: ALESP APROVA PLC 61/2023

Foi aprovado, em sessão extraordinária na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), o PLC (Projeto de Lei Complementar) 61/2023, de autoria do Deputado Reis (PT).

O projeto garante ao Policial Civil que se aposente, que seus rendimentos sejam fixados com base na classe em que ele estiver no momento da sua aposentadoria.

O projeto de lei é fruto de uma luta antiga do Sindicato. "O deputado Reis, como sócio, sabe que essa questão sempre foi enfrentada pelo SIPESP e elaborou esse projeto de lei. Logo no início, ele encaminhou para o jurídico para debatermos e construirmos juntos esse PLC, para que pudéssemos garantir mais direitos aos policiais", afirmou o advogado Fábio Alencar.

O advogado do SIPESP, Felipe Allan dos Santos, responsável pela maioria dos processos nesse sentido no Sindicato, também comemorou a aprovação do PLC. "Acredito que com a aprovação desse projeto haverá maior segurança jurídica nas decisões judiciais, que já são majoritariamente favoráveis, pois no texto modificado havia trechos que davam margem para interpretações equivocadas", apontou.

O PLC segue agora para sanção do Governador, mas já é considerado uma vitória pela categoria.

"Isso é uma vitória para todos nós. A Polícia Civil está se reconstruindo, tijolo por tijolo, com muitas mãos; mãos essas que trabalham por um futuro melhor para todos que integram a PCSP hoje – e pensando no amanhã. Reis, ao permitir e querer a nossa participação como Sindicato nesse processo, mostrou que foi dado o primeiro passo em prol da união, colaboração e, claro, da conquista. Somos gratos pela iniciativa do deputado. Estamos juntos na luta!", disse o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto.

COMO ERA

A Lei previdenciária dos servidores estaduais estabelece no art. 12, §2º, que os proventos das aposentadorias dos policiais civis que tenham ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social, até 31 de dezembro de 2003, correspondem à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, desde que cumpridos 5 (cinco) anos no cargo, nível ou classe.

COMO VAI FICAR

Se sancionado, o Projeto acabará com o mecanismo de perda salarial, caso o Policial Civil não tenha cinco anos completos na última classe, estando preservada a sua qualidade de vida.

MAIS DE **60 MOTIVOS** PARA SE **JUNTAR** AO SINDICATO DA CATEGORIA!

SIPESP

BENEFÍCIOS FILIE-SE

- UNIVERSIDADE SÃO JUDAS
- UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
- UNIVERSIDADE IBIRAPUERA
- UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
- UNISA – UNIVERSIDADE DE STO. AMARO
- WPÓS – PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
- UNINOVE
- UNICASTELO
- UNIP
- FMU
- UNIMESP – FIG
- FACULDADE E COLÉGIO DRUMOND
- COLÉGIO ELO (SJC)
- COMPLEXO JURÍDICO – DAMÁSIO DE JESUS
- UNIVERSITÁRIO VESTIBULARES
- ESCOLA JOÃO XXIII
- CURSO ÊXITO
- FACULDADES HORIZONTE
- FAPPES
- FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES
- IPOG – INSTITUTO DE PÓS GRADUAÇÃO

MÉDICOS/LABORATÓRIOS

- CLÍNICO GERAL – DR. IDANIR MOMESSO NETO
- CLÍNICA ANGIO VASC PAULISTA
- CRYA MEDICINA DIAGNÓSTICA
- CENTRO MÉDICO BRESSER
- ENDOCRINOLOGIA
- ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR

PLANOS DE SAÚDE

- AMEPLAN
- GRUPO HORIZONTE
- UNIHOSP
- SAFE LIFE

FARMÁCIAS

- FARMA CONDE
- INTEGRITÁ FORMULAS
- DROGARIA 5ª AVENIDA

ODONTOLOGIA

- DR. IDANIR ANTÔNIO MOMESSO JR.
- DENT WHITE (BAURU)

PSICOLOGIA

- DRA. PALLOMA KELY DA SILVA
- DRA. TAMIRA QUINTO
- DRA.DICELIA LIMA MOREIRA DE BARROS

PODOLOGIA

- PODOKIS - SILVANA KISBERI

OFTALMOLOGIA

- ÓPTICAS VISÃO LUX
- CLINICA DE OLHOS BOA VISÃO
- CLÍNICA DE OLHOS SÃO DOMINGOS

HOTEIS

- HOTEL SÃO PAULO INN
- SHELTON INN HOTEL
- NORMANDIE DESIGN HOTEL
- NOBILIS EXPRESS
- SAN RAPHAEL HOTEIS
- SAN MICHEL HOTEIS
- HOTELLING INTERNATIONAL – POUSADAS E HOTÉIS
- RESIDENCIAL VERAMAR – BOIÇUCANGA

POUSADAS/COLÔNIAS

- CLUB DE FÉRIAS
- POUSADA VILLA HARMONIA
- COLÔNIA SIPESP - PRAIA GRANDE
- COLÔNIA SIPESP – PROMISSÃO

PARQUES

- WET'N WILD
- HOPI HARI
- PARQUE DA XUXA

PACOTES/VIAGENS

- SANFRAS TURISMO

SEGUROS

LUZ PRIMME

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

VITOR KISBERI

BELEZA E ESTÉTICA

INFITNESS ACADEMIA
BARBEARIA OLD SKULL

SERVIÇOS GRATUITOS

JURÍDICO

ASSISTÊNCIA GRATUITA PARA ASSOCIADOS NAS VARAS ADMINISTRATIVOS, CÍVEIS, CRIMINAIS E TRABALHISTAS

BEM-ESTAR

ATENDIMENTO GRATUITO PARA MASSOTERAPIA, SHIATSU, REFLEXOLOGIA, ANMÁ E VENTOSATERAPIA NA SEDE DO SINDICATO.

CLÍNICO GERAL

ATENDIMENTO GRATUITO COM MÉDICO ESPECIALIZADO EM CARDIOLOGIA E CLÍNICA GERAL NA SEDE DO SINDICATO.

APROVEITE OS BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELO SIPESP.

PARA SE ASSOCIAR, ACESSE O SITE DO SIPESP, NA ABA FILIE-SE. SE PREFERIR, ENVIE UM E-MAIL PARA SIPESP@TERRA.COM.BR E CONHEÇA COMO SE TORNAR BRAÇO FORTE NA LUTA PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

WWW.SIPESP.ORG.BR